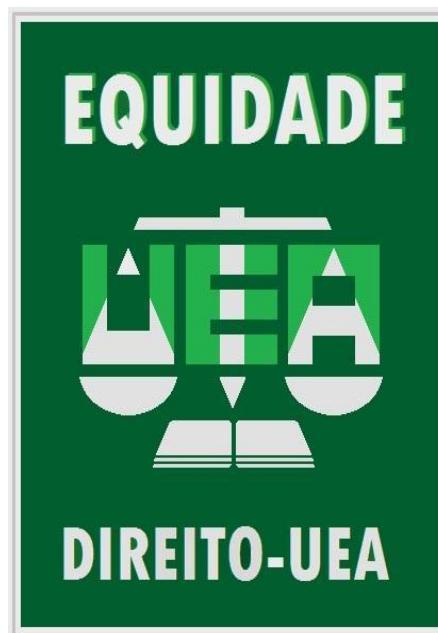




**ESCOLA DE
DIREITO**
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



**EQUIDADE:
REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Lima
Governador

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Profa. Dr. Raimundo de Jesus Teixeira Barradas
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Valber Barbosa de Menezes
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarac Sobrinho
Pró-Reitora de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Joésia Moreira Julião Pacheco
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Darlisson Sousa Ferreira
Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitoria de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Gláucia Maria de Araújo Ribeiro
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental

EQUIDADE: REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Profa. Dra. Ricardo Tavares de Albuquerque
Coordenação do curso de Direito

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profa. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira, UEA
Editores Chefe

Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUC-SP
Profa. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profa. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA
Conselho Editorial

Profa. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Dr. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA
Avaliadores

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Primeira Final

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Revisão Final

I SEMINÁRIO - AVALIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

À luz da Legística e da Constituição Federal de 1988

I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Comissão científica do evento

Ana Beatriz Andreoli de Souza
Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Bruna Maria da Silva Mota
Denison Melo de Aguiar
Gabriel de Siqueira Corrêa
Giovana Almeida da Silva
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Neuton Alves de Lima
Pedro Luís da Silva Teles
Rebeca de Lima Nogueira
Comissão Organizadora

I SEMINÁRIO - AVALIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

À luz da Legística e da Constituição Federal de 1988

Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Comissão Científica

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Bruna Maria da Silva Mota
Formatação

Bruna Maria da Silva Mota
Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima, UEA
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior, UEA
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Revisão final

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; NOGUEIRA JUNIOR, Bianor Saraiva; AGUIAR, Denison Melo de. **Anais do I Seminário Avaliação da legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da legística e da Constituição Federal.** Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2025). Manaus: Curso de Direito, 2025.

Anais

1. Direito – Periódicos. I. Título

CDU 349.6

I SEMINÁRIO - AVALIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

À luz da Legística e da Constituição Federal de 1988

APRESENTAÇÃO

As cotas universitárias são utilizadas cada vez mais nas instituições de ensino superior, no Brasil, a fim de que o direito social à educação seja garantido de forma mais equilibrada entre a diversidade estudantil. A política de cotas representa a efetivação da igualdade material, pois permite a adoção de medidas de ação afirmativa, pelas universidades públicas, para corrigir desigualdades históricas e sociais.

Diante desse cenário, esta obra oferece ao leitor uma coletânea de artigos, produzidos por professores e alunos do Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), como resultado de uma pesquisa acadêmica, cujos textos foram defendidos pelos autores no “I Seminário de Avaliação da Legislação de Políticas de Cotas da Universidade do Estado do Amazonas à Luz da Legística e da Constituição Federal”, realizado pela Clínica de Estudos Constitucionais (CEC/UEA).

A temática aqui apresentada é especialmente relevante em um contexto em que a desigualdade social ainda é uma realidade que precisa ser enfrentada com ações concretas e eficazes. A UEA, ao adotar as cotas, demonstra seu compromisso com a democratização do acesso ao conhecimento e com a construção de uma sociedade mais justa e plural.

A pesquisa envolveu análise das normas e dos princípios jurídicos aplicáveis à política de cotas universitárias, especialmente a análise dos instrumentos jurídicos utilizados para criação, implementação e os critérios de seleção dos beneficiários das cotas da UEA. Levou-se em consideração as normas constitucionais, como os princípios da dignidade humana, da igualdade e da não-discriminação, diante das limitações impostas ao poder público em relação ao tratamento diferenciado de grupos sociais específicos.

A pesquisa demonstrou que um dos desafios é encontrar o equilíbrio entre a necessidade de promover a inclusão social por meio das cotas e o respeito aos princípios e às normas jurídicas que regem a matéria. Além disso, outro desafio às universidades é garantir que as políticas de cotas sejam efetivas e atendam aos seus objetivos, evitando distorções e

desvios que possam comprometer a sua legitimidade e a sua eficácia, sobretudo com o § 16, no art. 37 da CF, pela Emenda Constitucional nº 19, de 2021, que impõe à administração pública o dever de realizar avaliação das políticas públicas na forma da lei.

Convidamos você, leitor, a embarcar nesta jornada de conhecimento e reflexão. Esperamos que esta coletânea inspire novas idéias e ações em prol de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa dos direitos de todos os cidadãos.

Manaus, 08 de julho de 2025.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Junior
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar

A LEGISLAÇÃO DE COTAS E SUA RELAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

THE QUOTES AND IT'S RELATION WITH QUE AMAZONAS STATE UNIVERSITY

Vinícius Melo de Lima¹
Marcello Mussa Costa Filho²
Denison Melo de Aguiar³

1 INTRODUÇÃO

A legislação sobre cotas influenciou na composição da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). a relação entre a “lei de cotas” e o acesso ao ensino superior por meio da Universidade do Estado do Amazonas, abrangendo assim a situação socioeconômica da região e os fatores culturais que fazem com que seja necessária a intervenção Constitucional com o objetivo de prover o acesso ao ensino superior de qualidade. Segundo Mello (2012), a aplicação da cláusula "segundo a capacidade de cada um" no artigo 208, inciso V da Constituição de 1988 deve levar em conta a igualdade de oportunidades e a vida pregressa das pessoas, ressaltando que a meritocracia, quando não considera condições iniciais iguais, pode ser uma forma disfarçada de aristocracia. Assim, tais ações afirmativas buscam corrigir desigualdades e promover a inclusão.

As cotas são políticas de ação afirmativa, que surgiram com o objetivo de reduzir as desigualdades raciais, econômicas e sociais, assim, diminuindo as disparidades históricas e promovendo a democratização do ensino superior. A pesquisa sobre o sistema de cotas se faz importante para entender a democratização do ensino superior no Brasil e entender como essas políticas influenciaram o perfil socioeconômico e racial dos estudantes universitários. Jezini (2021) destaca que a política de cotas da UEA foi inovadora e teve um impacto significativo na inclusão de grupos sociais. de vagas possíveis para muitos estudantes de áreas rurais, que anteriormente não tinham condições de competir em igualdade com alunos da capital e de outros estados, conseguiram ingressar na universidade Nesse contexto, este projeto tem o seguinte objetivo geral: Analisar o impacto causado pelo sistema de cotas na Universidade do Estado do Amazonas ao promover o acesso de estudantes provenientes de escolas públicas, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiências nessa universidade, assim, democratizando o acesso a ela.

Quanto a sua estrutura, este trabalho será desenvolvido a partir das seguintes seções: Justificativa; Objetivo geral e Objetivos específicos; Problema; Hipótese; Metodologia de pesquisa; Resultados; e, Considerações finais. Ao final, serão listadas as referências utilizadas no decorrer deste projeto.

2 JUSTIFICATIVA

¹ Aluno da UEA. Contato: vmdl.dir23@uea.edu.br;

² Aluno da UEA. Contato: mmcf.dir23@uea.edu.br;

³ Professor de ensino superior da Escola de Direito da UEA. Bacharel em Direito pela UNAMA. Mestre em Direito Ambiental pelo PPGDA/UEA. Doutor em Direito pelo PPGD/UFMG. Coordenador da MArbiC-UEA. Integrante de Grupo de Pesquisa da Escola Superior da Magistratura do Amazonas – ESMAM. Contato: daguiar@uea.edu.br.

O tema “O sistema de cotas e a influência na composição da Universidade do estado do Amazonas” ganha sua relevância pelos impactos gerados nessa universidade amazonense, já que foi primordial para o ingresso de grupos menos favorecidos nela. Além disso, a temática pode fomentar o debate junto à comunidade acadêmica sobre como o estado do Amazonas é marcado por disparidades socioeconômicas e raciais, e como esse sistema contribuiu ao menos em parte para a diminuição de tais desigualdades históricas. Como afirma Vaz (2022, p. 123), “as cotas raciais têm se mostrado um importante mecanismo para promover a justiça social e reduzir as desigualdades estruturais presentes no Brasil”.

“As ações afirmativas são um conjunto de ações e orientações do governo para proteger minorias e grupos que tenham sido discriminados no passado” (SILVÉRIO, 2002, p.91). Nessa perspectiva, percebe-se a importância de tais ações e como elas modificaram a composição do ensino superior amazonense.

Em segundo plano, observa-se que as discussões acerca da influência ou não do sistema de cotas na inserção de estudantes provenientes de escolas públicas, negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiências se tornam pertinentes, visto que, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o número de estudantes pretos e pardos nas universidades federais aumentou para 52% em 2020, ou seja, a diversidade passou a ser mais vista nos campus universitários (INEP,2021). Deste modo, este assunto resgata o valor da política de cotas para a inserção de jovens negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiências no sistema universitário amazonense.

3 OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL:

- Descrever o impacto do sistema de cotas na democratização do ensino na Universidade do Estado do Amazonas.
Objetivos específicos:
 - Dissertar sobre o contexto social para implementação do sistema de cotas.
 - Entender as disparidades econômicas históricas presentes no estado do Amazonas.
 - Pesquisar sobre o aumento de estudantes negros, pardos, indígenas e portadores de deficiência na Universidade do estado do Amazonas.

4 PROBLEMA

O estudo sobre os sistemas de cotas na UEA revela uma mudança na composição dessa universidade. Grupos que antes quase não eram vistos nas universidades públicas, após o início desse sistema, passaram a estar mais presentes.

Ao tentar entender a influência desse sistema na democratização do ensino universitário, pretende-se responder a seguinte questão: O Sistema de cotas facilitou o ingresso de grupos sociais menos favorecidos na Universidade do Estado do Amazonas?

5 HIPÓTESE

O sistema de cotas facilitou o ingresso de grupos sociais menos favorecidos na Universidade do Estado do Amazonas.

6 METODOLOGIA

Na Escola de Direito da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), unidade Manaus, a pesquisa será realizada em 2024 com o objetivo de relacionar os fatores históricos que levaram o Estado do Amazonas a situação socioeconômica atual e como as cotas em universidades são uma maneira de mitigar a desigualdade social existente nessa região. Será utilizada uma abordagem de investigação documental e bibliográfica para atingir os objetivos definidos, dentre os documentos analisados, a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” será de suma importância para que se entenda a formação e o surgimento do sistema de cotas, tendo em vista que servira como guia para as diretrizes educacionais do Brasil durante o governo Lula e de Itamar Franco. (LIBÂNEO, 2012).

Trabalhos bibliográficos serão fornecidos por Libâneo (2012). Essa obra é fonte fundamental para a compreensão do liame entre o sistema de cotas e o acesso à educação de nível superior, bem como reflexões teóricas e críticas acerca do tema, analisando sob uma ótica dualista como uma escola de conhecimento para aqueles com melhores condições financeiras e como escola de acolhimento para aqueles com menos condições. Além dos mecanismos bibliográficos, são utilizadas fontes documentais como por exemplo a própria Constituição, decisões judiciais e leis que discorrem acerca do tema em questão.

O recorte temporal da enquete abrangerá desde a criação do sistema de cotas até o mais recente evento documentado relacionado ao tema, sendo este os dados fornecidos pelo último processo seletivo para ingresso na UEA, com um particular destaque para os anos mais recentes tendo em vista a atual discussão acerca da necessidade do sistema de cotas. “Embora a luta pelas políticas de ações afirmativas (PAA) seja antiga [...] foi a partir de Durban que o Brasil passou a experimentá-las de forma mais sistemática” (SANTOS, 2012, p. 289)

O meio de escolha para a coleta de dados é um banco de dados especializado onde a enquete é conduzida usando palavras-chave relevantes para o tópico de enquete. Os documentos selecionados serão analisados sistematicamente, buscando identificar aspectos que indiquem a associação entre o sistema de cotas e a acessibilidade ao ensino superior a partir de uma análise histórica assim como afirmado por Santos (2003) “redefinir o seu papel no ensino superior; definir metas claras para o ensino superior; assumir o ensino superior como bem público; realizar uma avaliação criteriosa das IES públicas e privadas; repensar a organização estrutural”. (SANTOS, 2003, p. 10).

Dessarte, o estudo será realizado em 2024 no contexto da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) em Manaus de forma bibliográfica e documental. Livros, artigos acadêmicos e documentos históricos serão usados como fontes por meio de bancos de dados especializados.

7 RESULTADOS ALCANÇADOS

A partir da análise dos fatos e documentos pode-se constatar que o sistema de cotas é de suma importância para o acesso de classes sociais desfavorecidas ao ensino superior levando em consideração que essas classes sociais são na maioria dos casos grupos que desde a formação do Estado são marginalizados. Dessa forma, o sistema de cotas serve como uma forma dessas pessoas mudarem não só a sua própria vida mas também a vida daqueles ao seu redor, trazendo dentre vários aspectos a representatividade para o contexto universitário que, até pouco tempo era visto como um ambiente exclusivo para as elites. Estácio e Nicida (2016) ressaltam que o ensino superior tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico das comunidades ribeirinhas. na qualificação intelectual dos estudantes amazonenses, fornecendo capacitação profissional e técnica para suprir a falta de mão de obra prejudicada na capital e, principalmente, no interior do estado, onde o Estado

frequentemente enfrenta dificuldades para atender às necessidades das comunidades ribeirinhas e proteger seus direitos

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que o sistema de cotas é uma forma de garantir um dos fundamentos gerais do direito, sendo este o princípio da justiça no qual se quis que os iguais devem ser tratados de maneira igual e os desiguais de maneira desigual, com isso, constata-se que o sistema de cotas é não mais que uma forma de garantir que todas as pessoas tenham acesso aos seus direitos independente de classe social ou fatores econômicos. Nesse contexto cabe também salientar o caráter transitório desse sistema já que entende-se que em certo momento não terá mais necessidade de sua utilização, levando em conta que será alcançada a igualdade de fato na sociedade e no acesso ao mundo acadêmico.

Palavras-chave: Constituição. Cotas. Universidade do Estado do Amazonas. Relação histórica. Cotas; Amazonas; Contexto histórico; Universidade do Estado do Amazonas; Constituição.

Keywords: *Constitution. Quotes. Amazonas State University. Historic relation. Quotes. Amazonas; Historic Context; Amazonas State University; Constitution.*

REFERÊNCIAS

ESTÁCIO, Marcos André Ferreira; NICIDA, Lucia Regina de Azevedo. **História e Educação na Amazônia**. Manaus: EDUA; UEA Edições, 2016.

JEZINI, Karla Alessandra. **Sistema de cotas para acesso à universidade pública: uma análise acerca da constitucionalidade do Sistema de Cotas adotado pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA)**. Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 11 – n. 37, p. 325-361 – Edição Especial 2012.

LIBÂNEO, J. C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MELLO, M. A. **Íntegra do voto do ministro Marco Aurélio Mello na ADPF sobre cotas**. Brasília, DF: STF, 2012. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF186MMA.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

SANTOS, A. P. **Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro: dos ecos de Durban à Lei das Cotas**. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 289-317, jul./dez. 2012.

SANTOS, C. R. A. **Universidade: por que e como reformar?** Brasília, agosto de 2003. 2003.

SILVÉRIO, V. R. **Sons negros com ruídos brancos**. In: Racismo no Brasil. São Paulo: Petropólis, ABONG, 2002. p. 91

VAZ, Lívia Sant'Anna. **Cotas raciais**. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2022.

Data de submissão: 14 de julho de 2024.

Data de aprovação: 26 de julho 2024.